

6 — Local de trabalho — as funções são exercidas nos serviços centrais e nos serviços periféricos da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, a solicitar a admissão ao concurso, dirigido ao director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o júri do concurso interno de acesso para a categoria de primeiro-verificador superior, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação do candidato (nome, estado civil, data de nascimento e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e número de telefone;
- Habilitações literárias;
- Situação profissional, com indicação da categoria e da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

7.3 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, de onde constem, para além de outros elementos julgados necessários para esclarecimento do júri e adequada apreciação do seu mérito, os seguintes: habilitações literárias e profissionais, cursos realizados e participações em acções de formação e respectiva duração, funções que exercem e exerceram e respectivos tempos de permanência;
- Declaração passada pelo serviço competente de onde conste a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Documento comprovativo das classificações de serviço dos últimos três anos, com indicação expressa da respectiva pontuação;
- Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações profissionais, dos cursos e acções de formação.

8 — Os candidatos estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

9 — O júri poderá solicitar aos candidatos a apresentação de documento comprovativo dos elementos indicados nos currículos e que não constem dos respectivos processos de candidatura ou do processo individual.

10 — Método de selecção — os candidatos serão seleccionados mediante avaliação curricular.

10.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, em Lisboa, da Direcção Regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro do Porto, da Alfândega do Funchal e da Alfândega de Ponta Delgada. Nos últimos dois casos, só se verificará a afixação se houver concorrentes que ali se encontrem a exercer funções.

12 — Composição do júri:

Presidente — Licenciada Maria Luísa Ferreira Vilhena Nobre, directora de serviços de Licenciamento.

Vogais efectivos:

Licenciada Jaime António das Neves Palhota, reverificador assessor principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Palmira de Jesus Ferreira Zambujo Duarte Leiria, reverificadora assessora.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria de Fátima Alexandrino de Sousa Gao, reverificadora assessora.

Licenciada Maria Cristina Fragoso Almeida Carvalho, reverificadora assessora.

17 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais

Despacho n.º 10 594/2006 (2.ª série). — *Anulação de concurso.* — Por meu despacho de 14 de Dezembro de 2005, foi autorizada a abertura de concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico de informática do grau 2, nível 1, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Janeiro de 2006.

Considerando que o mesmo foi aberto num contexto diferente do actual, designadamente resultante da publicação no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 21 de Abril de 2006, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, que, no n.º 14, alínea f), subalínea iii), refere a extinção da Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, e atendendo a que não está concluída a aplicação dos métodos de selecção, determino a sua anulação.

Deverá ser dado conhecimento ao júri do concurso do teor deste despacho, de forma a suspender o seu andamento, bem como aos candidatos admitidos ao referido processo de recrutamento.

21 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 5675/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Impostos de 20 de Abril de 2006:

Jorge Manuel Mascarenhas Magro, técnico de administração tributária, nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Amares, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

Isabel de Jesus Marina Lopes, técnica de administração tributária, nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Sesimbra, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2006.

José Henrique Vieira da Silva, técnico de administração tributária, nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Vinhais, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Fernando Jorge Esteves da Silva, técnico de administração tributária, nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Macedo de Cavaleiros, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2005.

Luís Manuel Bento Guerreiro, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 3 de Fevereiro de 2006.

Jorge Manuel Pina Rainha, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Covilhã 2 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças da Covilhã 2, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

Maria Olinda Macieira Almeida Mendes, técnica de administração tributária, nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Viseu 1, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

Carla Maria Cardoso Fonseca Lobo, técnica de administração tributária, nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Tarouca, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Francisco Lopes Carvalho, técnico de administração tributária, nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Sátão, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Teresa Natália Lopes Magalhães Fernandes, técnica de administração tributária-adjunta, nível 2 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Vieira do Minho, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 6 de Março e até 7 de Abril de 2006.

Teresa Natália Lopes Magalhães Fernandes, técnica de administração tributária-adjunta, nível 2 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Vieira do Minho, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 8 de Abril de 2006.

Maria de Lurdes Roios Sampaio, técnica de administração tributária-adjunta, nível 2 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças do Serviço de Finanças de Carrizada de Ansiães, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 31 de Janeiro de 2006.

24 de Abril de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 5676/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Impostos de 20 de Abril de 2006:

Maria de Lurdes da Fonseca Fontinha A. Santos, técnica de administração tributária-adjunta do nível 3 — nomeada, em regime de

substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Alijó (Secção de Cobrança), por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2005.

Ana Cristina Oliveira Simões R. Martins, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Pombal 2 (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

João Carlos Martins Vieira Esteves, técnico de administração tributária-adjunto do nível 3 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

Maria Teresa Baptista Pereira Santos, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Covilhã 2, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

José Luís Nogueira C. Borges Alves, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Seixal 2 (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2005.

António Manuel Fernandes, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Macedo de Cavaleiros, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Dezembro 2005.

Martinho Magno Martins, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Vinhais, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Maria Luísa Peixoto Gonçalves Pereira, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Santiago do Cacém (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

José Manuel Malabar D. D. Consciência, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Moita, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2005.

Paulo José Silva Pereira Marques Branco, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Sesimbra, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2006.

Maria Luísa Rodrigues Ferreira, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Torres Vedras 2, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

Virgílio de Campos Lourenço, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Lousã, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

Maria José Jerónimo Albino Mota, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças da Lousã, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

28 de Abril de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 391/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, vem possibilitar que nos serviços e organismos da Administração Pública que disponham de viaturas do Estado que lhes estejam afectas e tenham carência de motoristas seja permitida a condução em serviço dessas viaturas por outros funcionários e agentes que neles exerçam funções e estejam habilitados com carta de condução válida.

A prestação de cuidados de saúde domiciliários e o apoio nas áreas da saúde pública e da saúde oral, bem como a verificação de obras, são algumas das tarefas directa ou indirectamente relacionadas com a actividade assistencial que implicam a deslocação frequente dos funcionários e agentes das administrações regionais de saúde, respectivas sub-regiões de saúde e centros de saúde em serviço externo.

Apesar da existência de viaturas disponíveis, a carência de motoristas compromete a realização da actividade assistencial e a optimização dos recursos, na medida em que a utilização de automóvel próprio traduz um maior encargo económico.

Com vista a garantir a manutenção da actividade assistencial no âmbito dos cuidados de saúde primários e na perspectiva de desenvolver o apoio domiciliário, direccionado para os cuidados de saúde continuados, importa possibilitar que os funcionários e agentes das administrações regionais de saúde, respectivas sub-regiões de saúde e centros de saúde conduzam as viaturas oficiais nas deslocações em serviço.

Assim, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, determina-se:

1 — É conferida autorização genérica de condução de viaturas oficiais aos funcionários e agentes das administrações regionais de saúde, respectivas sub-regiões de saúde e centros de saúde.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, ou seja, as que são determinadas por motivos de interesse público e são autorizadas, individual e casuisticamente, pelo conselho de administração da respectiva administração regional de saúde.

3 — A permissão genérica de condução conferida nos termos do presente despacho caduca individual e imediatamente com o termo das funções exercidas à data da sua autorização, ou com o termo das condições que justificaram a sua atribuição.

4 — Para a execução do presente despacho aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro.

19 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*. — A Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, *Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli*.

Despacho conjunto n.º 392/2006. — Considerando que se deve retomar a preparação do lançamento de uma parceria público-privada para o novo Hospital de Loures, são nomeados, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, para integrar a comissão de acompanhamento que supervisiona a preparação do referido projecto de parceria:

Em representação do Ministro de Estado e das Finanças:

Professor Rui Sousa Monteiro.
Licenciada Isabel Brazão.

Em representação do Ministro da Saúde:

Licenciado Manuel Teixeira, presidente do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, que coordenará.
Licenciado Nunes Pedroso, adjunto do encarregado de missão da Estrutura de Missão Parcerias.Saúde.
Licenciado Adriano Natário, director de serviços da Direcção-Geral de Saúde.

21 de Abril de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Rectificação n.º 743/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 7010/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 29 de Março de 2006, rectifica-se que onde se lê «nomeio para o cargo de técnico auxiliar de electricidade e material de Estação Ibéria Nato» deve ler-se «nomeio para o cargo do técnico de manutenção de electrónica da Estação Ibéria Nato».

12 de Abril de 2006. — Pela Director-Geral, o Subdirector-Geral, *Olegário Mendes Patrício*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho n.º 10 595/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo pelo período de 15 dias, com início em 1 de Maio de 2006, a comissão do primeiro-sargento CM 250077, Carlos Lopes Godinho Mourão,